

O PROJETO MÁRIO TRAVASSOS – SEMENTE DA PESQUISA CIENTÍFICA NA AMAN

JOÃO CARLOS JÂNIO GIGLOTTI¹

RESUMO

O ensaio se propõe a apresentar um ponto de vista sobre o Projeto de Incentivo à Produção Acadêmica, Projeto Mário Travassos, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Com tal objetivo, discute a importância da adequada utilização das modernas fontes de informação encontradas na internet para a educação escolar e a formação profissional, colocando em evidência o valor do hábito da leitura e do estudo aprofundado para o bom exercício profissional. Ao buscar na História as raízes e a evolução da Ciência da Guerra mostra sua influência na Arte da Guerra e no pensamento e na ação de grandes líderes militares e procura demonstrar os benefícios que a pesquisa em Ciência da Guerra, formalizada na AMAN pelo Projeto Mário Travassos, pode trazer ao desenvolvimento da doutrina militar, das estratégias e das políticas de defesa no Brasil. Finalmente, apresenta o Projeto Mário Travassos e faz sugestões para seu contínuo aperfeiçoamento.

Palavra-chave: Projeto Mário Travassos. Pesquisa. AMAN.

ABSTRACT

The essay proposes to present a point of view on the Project to Encourage Academic Production, Project Mario Travassos, at the Military Academy of Agulhas Negras (AMAN). With this objective, it discusses the importance of the adequate use of the modern sources of information found in the internet for school education and professional training, highlighting the value of reading habits and the in-depth study for good professional practice. In search of history, the roots and evolution of War Science shows its influence in the Art of War and in the thinking and action of great military leaders and seeks to demonstrate the benefits that War Science research, formalized in the AMAN by Project Mario Travassos, can lead to the development of military doctrine, strategies and defense policies in Brazil. Finally, it presents the Mario Travassos Project and makes suggestions for its continuous improvement.

Keyword: Project Mario Travassos. Search. AMAN.

1 INTRODUÇÃO

Escrever um artigo de opinião deveria ser uma tarefa fácil para qualquer brasileiro. Opinião não falta ao brasileiro. Basta atentarmos para situações corriqueiras para encontrá-la em grande profusão: uma pane num automóvel? Logo, um ajuntamento de “mecânicos” apresentará as soluções mais criativas; a escalação de um time de futebol? Rapidamente surgirão as mais diversas configurações vitoriosas; gerenciamento de crises econômicas e políticas? Todos têm uma solução mágica. O brasileiro é mesmo profícuo na produção de ideias. O problema é colocá-las no papel. Pior ainda, se na forma de um bom planejamento, que resulte numa ação eficaz. O caso em questão é que o brasileiro não tem o saudável hábito da leitura. E é fato constatado: quem não lê não sabe escrever. Não se pretende aqui, penetrar nas tenebrosas profundezas das causas, mas é fato que a inapetência nacional nessa questão chega a assustar. Infelizmente, a educação escolar, que deveria ser a mola mestra para inverter essa condição tão negativa para o desenvolvimento do Brasil e para a evolução humana de sua gente, não tem encontrado o rumo da qualidade que se espera.

Quanto ao tema educação escolar, o Exército Brasileiro, felizmente, desvia-se das estatísticas alarmantes. Assim, os resultados alcançados pelos colégios militares na educação escolar básica são exemplares, enquanto a formação profissional de seus quadros atinge níveis elevados. Contudo, o hábito da leitura tende à timidez e carrega o viés culturalmente negativo arraigado no brasileiro. Não obstante, programas de leitura, como os conduzidos no âmbito da Força, podem contribuir para desenvolver em seus quadros profissionais esse hábito salutar.

É preciso, contudo, antes que se levistem questionamentos, fazer uma diferenciação, em níveis de profundidade de informação, conhecimento e compreensão, entre as diversas fontes de leitura. Por exemplo, poderíamos colocar, grosso modo, em uma escala que variasse entre a leitura como lazer, a necessidade da informação e a busca do conhecimento: uma revista em quadrinhos, um *blog* na internet, um jornal, uma revista de variedades, uma crônica, um romance, um livro técnico e uma obra de filosofia. Teoricamente, o esforço mental de compreensão exigido nessa lista seria crescente, o que significa que um leitor principiante, um estudante de nível fundamental, por exemplo, ficaria bem à vontade diante de um gibi, enquanto uma obra filosófica lhe seria intragável. Contudo, o hábito regular de leitura ao longo do tempo e a crescente sofisticação dos temas escolhidos pode até inverter aquela escala, a ponto de nosso leitor vir, um dia, a sentir prazer na leitura de Hobbes (1588-1679), de Espinosa (1632-1677) ou, até mesmo, de Kant (1724-1804).

Forçoso, então, é ressaltar que um processo evolutivo desse tipo jamais seria possível sem que o prazer, antes do dever, estivesse envolvido.

Se o hábito da leitura está relacionado ao prazer que proporciona, o acesso às fontes de boa leitura é condição *sine qua non*. A utilização de tipos móveis para a impressão, por Johannes Gutenberg (1398-1468), iniciou a grande revolução do acesso ao conhecimento e à informação. Como se vê, há mais de quinhentos anos! Mesmo assim, livros continuam sendo muito caros no Brasil, e verdadeiro artigo de luxo para a maioria dos cidadãos comuns. Então, como ter acesso à informação e ao conhecimento

de qualidade, virtuosamente edificadores? Pode-se dizer que a internet potencializou esse acesso, que caminha para a universalização. É fato estudado e constatado, basta um pequeno passeio pelas ruas, centros comerciais ou qualquer outro lugar e encontraremos o brasileiro com um *gadget* nas mãos. Mas a internet trouxe, também, questões polêmicas quanto ao seu uso na educação: há leitura de qualidade na internet? Há algo edificante numa expressão típica de comunicação na *Web* (*World Wide Web*) como “(=:” ou “:;<|” ou “rss”? Há conhecimento nos “zilhões” de *blogs* que brotam todos os dias na rede mundial? É possível aprender na *Web*?

Independentemente das respostas, um fato inquestionável se impõe: a educação, entendida em seu contexto mais amplo, que envolve o desenvolvimento do comportamento humano e social, ou no sentido meramente escolar, está cada vez mais condicionada ao conteúdo da *Web* e à utilização dos instrumentos da tecnologia da informação, quer *softwares* quer *hardwares*. Cabem, então, aos educadores, pais, professores, instrutores, pedagogos desafios crescentes. Orientar crianças e estudantes na seleção de material educacional adequado na *Web* é um deles. Superar a comodidade natural dos estudantes de adotar a primeira resposta disponível em *sites* de busca, classificados muito mais com base em interesses mercadológicos que na qualidade do conteúdo, é outro. Acompanhar a incrível velocidade com que avançam os instrumentos da tecnologia da informação constitui uma dificuldade atroz, diante da plasticidade do jovem para se adaptar a ela com grande facilidade.

Contudo, algumas premissas podem ser consideradas básicas na práxis educacional: tal como um dia o quadro negro e o giz foram os

meios auxiliares das salas de aula, computadores e redes, mídia e internet, *PowerPoint*[®] e projetores, nada são além de apenas meios auxiliares; os conteúdos comuns encontrados na *Web* são rasos, nem sempre confiáveis, mas são potencialmente agradáveis para jovens que amam navegar na internet e explorar novas tecnologias e, se bem empregados, úteis para estimular o gosto pela leitura, o estudo e a pesquisa, oferecer informações iniciais sobre assuntos desconhecidos e construir bases tênues de conhecimentos gerais; os conteúdos aproveitáveis na *Web*, entendidos como aqueles que constroem conhecimentos aprofundados, que são confiáveis e podem ser úteis para a formação profissional e, até mesmo, para a pesquisa acadêmica, são geralmente encontrados em *sites* oficiais, institucionais, universitários e bases de dados de editores renomados; os conteúdos necessários à formação profissional em qualquer nível devem ser profundos, são encontrados em livros, manuais, normas e trabalhos técnicos e acadêmicos, podem ser encontrados digitalizados em mídia ou na internet, mas, em sua maioria, ainda são impressos.

A última premissa deve ser ressaltada: não se concebe um bom profissional, especialmente com nível de estudo superior, sem conhecimento teórico profundo de sua profissão e a prática segura de uma profissão depende desse conhecimento!

O cargo de oficial militar combatente comporta o exercício do comando, da chefia e, em certas ocasiões, até mesmo da liderança, o que o distingue de outras áreas profissionais. O comando e a chefia podem ser exercidos pela força da competência legal, mas dificilmente o oficial combatente poderá exercê-los sem que detenha conhecimento técnico-profissional

adequado, qualidades morais e poder de convencimento, este especialmente no exercício da liderança, o qual depende do domínio do discurso oral e escrito, que só pode ser adquirido com estudo e muita leitura.

Este ensaio se propõe a apresentar um ponto de vista sobre o Projeto de Incentivo à Produção Acadêmica, Projeto Mário Travassos, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), entretanto, pareceu impositivo apresentar esses aspectos introdutórios.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A Ciência da Guerra

Nas palavras das diretrizes que o estabeleceram, o Projeto Mário Travassos “tem por finalidade estimular a produção de trabalhos acadêmicos e científicos pelos militares do Corpo Permanente e pelos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras” (AMAN, 2017) e preceitua que:

“a produção de trabalhos acadêmicos e científicos é um dos principais instrumentos que a AMAN dispõe para atingir um estado final desejado de excelência em educação, caracterizado pelo desenvolvimento do pensamento crítico e construção sistemática do conhecimento, pelo aprimoramento da habilidade da comunicação escrita, pela inserção da Academia junto à comunidade científica nacional e internacional em sua área de competência, bem como pela contribuição com o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre, particularmente no nível técnico e tático das pequenas frações e da subunidade incorporada”.

Observe-se que o cerne dessas diretrizes está nas expressões: “científicos”, “doutrina militar” e “nível técnico e tático”.

Entendendo a técnica como um conjunto de procedimentos, métodos, regras e processos de uma arte ou de uma profissão, o termo tecnologia amplia seu alcance, como teoria ou análise organizada das técnicas no âmbito dos campos da ação humana.

Entretanto, no imaginário popular, a palavra tecnologia fica limitada aos seus parâmetros tangíveis, e remete somente a objetos modernos, avançados, eletrônicos, em resumo, *gadgets*. Ainda que se considere apenas essa visão, tecnologia é uma palavra que pode ser aplicada, ao contrário do uso popularizado, a qualquer objeto cuja aplicação prática resulta da engenhosidade humana.

Assim, uma simples machadinha é um produto da tecnologia tanto quanto um avião a jato. Em termos técnicos, a diferença entre os dois está no grau de complexidade envolvido em sua produção e funcionamento. Isso fica patente quando lembramos que nossos ancestrais já produziam machadinhas de pedra há milênios e que qualquer criança, mesmo vivendo em cavernas, poderia aprender a fazê-las com um mínimo de orientação de seu pai. Um avião, por sua vez, é um aparato constituído de milhares de peças estruturais, mecânicas e eletrônicas, que exige instalações industriais adequadas e uma equipe multidisciplinar numerosa de engenheiros e técnicos altamente especializados para sua montagem precisa. Posto dessa forma, tudo parece bem simples. Contudo, um fosso intransponível separaria uma machadinha de um avião não fosse uma ponte que abriu os horizontes do conhecimento de forma definitiva – a Ciência.

Enquanto a inovação tecnológica ficou restrita ao empirismo, às descobertas baseadas na tentativa e erro ou até mesmo ao mero acaso,

e a posse do conhecimento ficava restrita a religiosos, confrarias de artesãos e herança de família, qualquer avanço tecnológico era cronometrado em décadas, gerações e séculos. A Ciência alterou, incrementou e acelerou as bases do conhecimento teórico de forma tão radical que os avanços tecnológicos assumiram uma curva exponencial. Dessa constatação decorre a conclusão óbvia: sem as bases teóricas da Ciência a humanidade ainda estaria se arrastando sobre lombos de burros, enxergando sob a luz tênue de velas na escuridão das crendices.

Francis Bacon (1561-1623), Pierre Gassendi (1592-1655), Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650) despontam entre os filósofos e experimentalistas que lançaram os fundamentos da ciência moderna. Descartes sintetizou a nova maneira de ver o mundo em seu Discurso do Método: “Nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse como tal”. Foi o começo de uma nova era para a humanidade.

Militares são amantes da tecnologia. Da lança para o arco-e-flecha, para o arcabuz, para o canhão, para o míssil..., o objetivo pretendido é sempre obter vantagem sobre o inimigo. Com efeito, é uma visão, mais que prática, pragmática da tecnologia. O oficial combatente é prático. Interessa-lhe ações e resultados. Enxerga a ciência numa extremidade diametralmente oposta à tecnologia. Ciência é coisa de teóricos. O discurso acadêmico lhe é estranho.

A história evolutiva da tecnologia da guerra, a Arte da Guerra, mostra-se semelhante à das outras áreas tecnológicas. No Ocidente, da Antiguidade à Idade Moderna sua evolução está baseada na prática do campo de batalha. Grandes capitães da História Militar, Aníbal Barca

(248 a.C.-183 a.C.), Alexandre, o Grande (356 a.C.-323 a.C.), Júlio César (100 a.C.-44 a.C.), Flavius Belisarius (505-565), Carlos Magno (742-814), dão-lhe impulso de tempos em tempos, mais por conta de suas habilidades pessoais. O estudo da guerra é assistemático, parte do interesse individual, não se teoriza a respeito. O mesmo se poderia dizer do Oriente, não fossem os tratados de Sun Tzu (século VI a.C.), que referenciam os estudos da Arte da Guerra até a atualidade, e encontra entusiastas mesmo em outros campos do conhecimento, como nas Ciências Política e Econômica.

A Ciência da Guerra tem seu embrião geminado à Ciência Política também no início da Idade Moderna e, ambas, estão intimamente relacionadas à obra teórica de Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (1469-1527), ou, simplesmente, Maquiavel, principalmente representada por O Príncipe, Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio e A Arte da Guerra. Essa tríade lançou os fundamentos do pensamento político e militar ocidental dentro do pressuposto da relação essencial entre o poder e a força. O Príncipe, em especial, tornou-se livro de cabeceira de muitos governantes ao longo de cinco séculos, e transformou o nome de Maquiavel num adjetivo popularizado, sinônimo de gênio político do mal. Mas, é com A Arte da Guerra, um tratado de estratégia militar, que Maquiavel teoriza sobre a problemática militar à luz das lições da Antiguidade Clássica, notadamente dos romanos e de sua organização militar, e oferece conselhos sobre como obter, manter uma força militar e preparar militarmente os cidadãos para defesa de sua liberdade e de seu Estado, a *polis* da realidade italiana de sua época.

Portas abertas por Maquiavel, a teoria da guerra passou a influenciar sua aplicação. Alguns pensadores teriam notória influência na Arte da Guerra aplicada nos conflitos marcadamente cruentos que se produziram nos séculos seguintes, notadamente a partir do século XIX. Napoleão, por exemplo, foi leitor assíduo de *O Príncipe*, a ponto de comentá-lo (Maquiavel, 2002).

Exponentes da teoria da guerra, Jomini (1779-1869) e Clausewitz (1780-1831) combateram em lados opostos durante as Guerras Napoleônicas e se digladiaram no campo das ideias no século XIX, enquanto Liddell Hart (1895–1970) e John Fuller (1878-1966) discutiram o emprego dos exércitos mecanizados no século XX.

Dentre os cientistas da guerra, entretanto, ninguém teve influência tão decisiva sobre os rumos da Arte da Guerra quanto Clausewitz.

Huntington (1927-2008) compara a essência da obra de Clausewitz com a de outros estudiosos e esclarece a posição que ela ocupa:

“[...] Sua grande e significativa contribuição ocorre num nível mais alto de análise e diz respeito à natureza inerente da guerra e das relações da guerra com outras formas da atividade humana. [...] Outros escritores [...] expressaram-se através de generalidades, mostrando aspectos meramente incidentais das mudanças que estavam ocorrendo na natureza da guerra. No trabalho de pesquisar e expressar a essência dessas transformações, Clausewitz esteve sozinho. [...] muitos dos escritos que apareceram antes dele foram preliminares, fragmentários e subsequentemente incorporados à sua obra; os que apareceram depois foram exegéticos e interpretativos da importância do mestre.” (Huntington, 1996: 74).

Oficial prussiano, Carl Philipp Gottlieb Von Clausewitz foi provado no campo de batalha

contra as forças de Napoleão Bonaparte, tornou-se oficial de Estado-Maior e chegou ao generalato. Foi assessor de Scharnhorst (1755-1813) e participou ativamente das reformas que ele empreendeu no exército prussiano após os reveses sofridos contra os exércitos franceses. Reformas que instituíram o “padrão básico do profissionalismo militar” (Ferezin, 2013: 115) inspiradas no pensamento de Clausewitz de uma nova face da guerra, estritamente profissional, onde o soldado e o Estado têm papel central na estrutura militar. Comandou a Escola Militar de Berlim.

Ressaltam-se esses aspectos da carreira militar de Clausewitz para deixar claro que ele não foi um mero teórico da guerra, mas conheceu-a na dura prática dos campos de batalha, nos estudos de estado-maior e na educação dos oficiais prussianos.

Contudo, sua competência prática na Arte da Guerra foi também fundamentada em profundo conhecimento teórico-filosófico. O tenente-coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves (2006), explica Ferezin (2013: 116), vê a influência de Espinosa, racionalista, Kant, idealista, e Hobbes (1588-1679), empirista, em sua obra *Da Guerra*.

Da Guerra (do alemão *Von Kriege*), em seis volumes completados, mais dois não concluídos, está centrada na teoria da trindade da guerra, ou seja, caracteriza-se por três tendências predominantes, que agem como forças em seu interior e que estão presentes em todas as guerras já empreendidas: a violência, que funciona como o impulso para a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade, que permeia os combates e faz da guerra um fenômeno imprevisível e incalculável e o elemento de subordinação, pois a guerra é apenas um mero instrumento da política, através

do Estado, para alcançar determinados propósitos.

A obra de Clausewitz é tão polêmica quanto genial. Moltke (1800-1891), Schlieffen (1833-1913) e Foch (1851-1929) a estudaram detidamente. Moltke foi o condutor das vitórias prussianas sobre a Áustria e a França nas guerras que resultaram na construção do Segundo Reich alemão (1871-1918). Schlieffen foi o responsável pela introdução de nova doutrina, baseada nos preceitos de Clausewitz, no exército alemão que se preparava para a Primeira Grande Guerra (1914-1918) e pelo plano ofensivo que pretendia derrotar a França. Foch comandou a vitória dos exércitos aliados contra o Reich na frente ocidental dessa guerra. Os três marechais interpretaram Da Guerra pela ótica de, resumidamente, dois preceitos: a guerra total e a aniquilação do inimigo como forma de conduzir a guerra.

Dessa visão decorrem as duras críticas à obra de Clausewitz após a Primeira Grande Guerra. Liddell Hart e John Fuller apontam sua doutrina como a grande responsável pelos moedores de carne humana em que se tornaram as frentes de batalha naquela guerra. E, mesmo que Fuller, com o tempo, tenha evoluído em seu pensamento sobre Clausewitz, o qual admitiu ter sido “o responsável pela vasta expansão da guerra limitada – aquela permeada pela racionalidade da política – para o século XX” (Bassford, 1994), e que outros autores, como Aron (1986), o qual, como aponta Ferezin (2013: 109), visse em Clausewitz, na concepção da guerra como um meio da política, “a compreensão de que o fim da guerra não seria a vitória, mas a paz”, o estrago à sua imagem já estava feito.

De qualquer forma, a Primeira Grande Guerra logo perderia sua posição mais elevada no pódio das desgraças humanas. Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os conceitos da guerra total e da aniquilação do inimigo foram levados ao extremo nos bombardeios aéreos que mataram milhares em ambos os lados do conflito e culminaram nas tragédias nucleares de Hiroshima e de Nagasaki, em agosto de 1945.

2.2 A Missão da AMAN

O artigo 207 da Constituição Federal preconiza que as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por óbvio, a AMAN não é uma universidade, contudo, sua missão regulamentada, sintetizada em “formar o oficial combatente de carreira, apto a liderar o exército do futuro e a superar os desafios da Era do Conhecimento, baseado em atributos morais, intelectuais e físicos” (AMAN, 2016), e sua qualificação como Instituição de Educação Superior de Extensão e de Pesquisa (IESEP), não deixam margem a dúvidas: o princípio apregoado na Carta Magna de 1988 norteia o cumprimento de sua missão.

Dado ao escopo deste artigo, tratar da missão de extensão ficará para outra oportunidade.

A missão de ensino, porém, merece algumas considerações, por ser basilar para a missão da pesquisa.

Nascida Academia em 1810, não meramente uma escola, desde seu berço na Casa do Trem, a AMAN cumpre muito bem sua missão de formar os oficiais combatentes de carreira, indo muito além do ensino meramente técnico-profissional, por educá-los de forma

totalizante, com base nos princípios éticos e na moral profissional que devem norteá-los.

Eis que os fatos corroboram a assertiva. Liderado pelos oficiais formados na Academia, na acepção de sua continuidade como instituição historicamente longeva, o Exército tem obtido êxito em todos os empreendimentos em que o Brasil precisou de sua pronta ação. Nos conflitos externos, consolidou a fronteira no Sul, venceu a Guerra da Tríplice Aliança contra um ditador sanguinário, o que definiu o ambiente de paz e cooperação no Cone Sul, participou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o que marcou sua vocação democrática. Pacificou os conflitos internos no século XIX, fez do Brasil uma República e livrou o país do jugo das oligarquias regionais no início do século XX. Nas inúmeras e variadas missões complementares, participa de ações sociais que amenizam as agruras de populações necessitadas e trabalha em prol do desenvolvimento do país. Nas missões de paz no contexto internacional, em que seus bem sucedidos oficiais e tropas, projetam o nome do Brasil. E, até mesmo, mais recentemente, nas missões de segurança pública.

Ações que mantêm a instituição com altos índices de credibilidade perante a opinião pública, debalde alguns grupos políticos minoritários tentem desmoralizá-la.

Quando me dispus a escrever este ensaio resolvi fazer uma visita a antigos habitantes das estantes da biblioteca da AMAN, talvez para encontrar inspiração: Taunay (1843-1899), Dionísio Cerqueira (1847-1910), Trompowski (1853-1926), Tasso Fragoso (1869-1945), Mário Travassos (1891-1973), Golbery (1911-1987), Meira Mattos (1913-2007) e tantos outros. A lista é grande.

É indubitável que esses homens, todos formados na Academia, tiveram sólida formação intelectual, que lhes deu base para o difícil mister de estudar continuamente e pesquisar a doutrina militar e o Brasil, de redigir e irradiar suas ideias e ideais, o que mostra o nível de ensino atingido pela instituição.

Todavia, a evolução histórica da Academia passou por fases bem distintas, com maiores ou menores alterações em sua estrutura, que vai da simples duração dos cursos de formação, mudanças de sede, passa pelas inúmeras reformulações de sua grade curricular, reformas modernizadoras, e chega a mudanças profundas na própria filosofia de formação, enfim, no âmago do pensamento profissional militar do oficial, que afetaria o Exército, sua doutrina militar, e até mesmo, em casos mais extremos, o Brasil.

Desta forma, pode-se fazer um rápido apanhado dessas mudanças mais profundas. A Academia, logo no seu início, já no Largo do São Francisco, oferecia um curso de sete anos, forte em ciências exatas, voltado para a formação de oficiais de artilharia e engenharia, mas que também pudessem ser empregados na direção de obras públicas. Não é à toa que essa Academia se dividiria em duas em 1851: uma vertente continuaria no Largo de São Francisco e, em 1874, após passar à disposição do Ministério do Império, formaria apenas engenheiros civis, tornando-se, mais tarde, a Escola Politécnica; na outra vertente, a Escola Militar da Praia Vermelha, ou Escola de Aplicação, cuidaria de ministrar as técnicas da profissão militar.

Contudo, o fervilhar do pensamento filosófico europeu no século XIX, que impregnou a intelectualidade no Brasil, também atingiu a formação do oficial na Praia Vermelha. Assim, a

base curricular passa a ter um comportamento pendular, ao sabor de seus comandantes, entre um ensino fortemente literário e humanístico ou prático profissional.

Os resultados não se fazem esperar. A impregnação do pensamento positivista na Escola e a ação de Benjamin Constant (1836-1891), que estabeleceu um currículo de cunho profundamente científico para a educação do futuro oficial, teriam consequências irreversíveis para a História do Brasil, do Exército e da Academia: a Proclamação da República, as crises e revoltas armadas que tomaram conta do país em seu período inicial, as desastrosas operações militares em Canudos e o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, após sua malograda participação na Revolta da Vacina. Contudo, emergiu desse período de vida da Academia um pensamento deletério que permeou a oficialidade dali para frente: a incompatibilidade entre uma formação intelectual forte e a formação profissional militar de caráter prático; “culturalismo” versus “profissionalismo”; “doutores” versus “tarimbeiros”.

Começa uma nova era para a Academia, a era da Escola Militar do Realengo. Sob a personalidade de Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923), comandante da escola, depois Ministro da Guerra e Presidente da República, Realengo sofre profundas reformas visando à recuperação do profissionalismo na formação dos oficiais e à própria modernização do Exército. Para tal, buscam-se na Alemanha e na França, a partir de 1907, modernas concepções militares, que no Brasil se consubstanciarão na ação renovadora dos Jovens Turcos, na Missão Indígena e na Missão Militar Francesa. A última, por força do resultado da Primeira Grande

Guerra, permearia diretamente a doutrina militar do Exército até a Segunda Guerra Mundial.

Ainda sobre essa fase, é preciso ressaltar que ficou patente a necessidade do contínuo aperfeiçoamento e atualização dos oficiais combatentes. A Escola de Estado-Maior, mais tarde Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), havia sido criada em 1905. Era o conceito do planejamento e assessoramento de estado-maior, fundamental nas operações militares, que após mais de cem anos de sua criação por Napoleão Bonaparte, ganhava bases sólidas no Exército. Todavia, faltava uma etapa intermediária, e sob orientação da Missão Militar Francesa foi criada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1919. Estava, assim, estabelecido e sistematizado todo o encadeamento da formação e aperfeiçoamento do oficial combatente, para o planejamento e condução de operações militares em nível tático, desde o escalão pequena fração (pelotão e seção) até grande unidade de combate (divisão).

Entrementes, a atmosfera política no Brasil continuava interferindo nos destinos da Força e vice-versa. Não bastara retirar a Academia de sua estrutura física na Praia Vermelha. Os ideais positivistas permaneciam vivos, agora nas mãos dos “tenentes”, que lutavam por um Brasil livre das oligarquias políticas regionais. Sua ação, nos embates de 1922, 1924 e 1930 seria decisiva para derrubar a República Velha e estabelecer o governo de Getúlio Vargas (1882-1954). Paralelamente, correntes político-ideológicas radicais, nazistas, fascistas, comunistas, que haviam implantado regimes totalitaristas sanguinários na Europa, ameaçavam o Brasil, e não permitiriam que a oficialidade permanecesse indiferente.

É nesse contexto que a Academia e o Exército passariam por novas e profundas transformações estruturantes e dois nomes estão visceralmente vinculados a elas.

O marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959) fora oficial de cavalaria, estagiara em Saint-Cyr, França, onde aprendeu os fundamentos do emprego dos recém-criados carros de combate (tanques de guerra), atuara em combate na Primeira Grande Guerra, na Frente Ocidental, no comando de pelotão e esquadrão dotados de blindados leves Renault FT, implantara os blindados no Brasil, comandara o primeiro esquadrão dotado de tanques no Exército e, ainda, produzira obra literária em que estudava sua doutrina de emprego (Albuquerque, 1921), quando foi nomeado comandante da Escola Militar do Realengo em 1930.

As reformas empreendidas por José Pessoa na Academia estavam centradas, não somente, na adoção de uma grade curricular direcionada para o profissionalismo, mas também para a cultura acadêmica e para a valorização do aluno da Escola Militar através da recuperação do título de cadete e de seu valor histórico, materializado em uniformes especiais e na criação de uma estrutura militar própria que o enquadrasse, o Corpo de Cadetes. Contudo, nenhuma dessas medidas poderia ter maior impacto na formação dos oficiais combatentes que a transferência da Escola Militar para Resende. José Pessoa idealizou uma Academia que oferecesse uma educação militar totalizante: profissional, técnica, cultural, moral e física. Mas, acima de tudo, ele entendia que nada traria maior benefício, em longo prazo, que afastar os cadetes do ambiente político e ideológico deletério da capital federal. Sabia, por experiência própria, o quanto a inserção dos oficiais do Exército na

política partidária prejudicava seu profissionalismo e, até mesmo, o ambiente político nacional, por si só bastante conturbado.

Enquanto José Pessoa se ocupava da Academia, Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967) estava envolvido com a doutrina militar. Quando o Brasil declarou guerra às potências totalitárias do Eixo, o Exército Brasileiro estava adaptado à doutrina militar francesa. Para atuar no Teatro de Operações (TO) da Itália, mediante os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), teve que organizar e preparar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos moldes da doutrina militar norte-americana em tempo exíguo, sob tensão e enfrentando dificuldades extremas.

O Tenente-Coronel Castelo Branco, E3 da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), era um oficial de elevada capacidade profissional, mas tinha, até então, sua carreira prejudicada por não estar inserido em nenhuma das greis, inclusive influenciadas pela política partidária, que dividia a oficialidade. Entretanto, o sucesso operacional da 1ª DIE no TO italiano muito se deveu à sua brilhante atuação como oficial de operações, e sua carreira tomaria impulso. Ainda coronel, como Diretor de Ensino da ECEME, e já oficial-general, no comando dessa escola, estabeleceu profundas reformas no sentido de transformá-la num centro de pesquisas doutrinárias. Mais tarde, na chefia do Estado-Maior do Exército, empreendeu a implantação da doutrina militar norte-americana no Exército Brasileiro. Castelo Branco possuía elevada cultura profissional, estudou em cursos de estado-maior na França e nos EUA, e escreveu ensaios a respeito de estratégia e guerra: Alto Comando da Tríplíce Aliança na Guerra do Paraguai, A Doutrina Militar Brasileira, A

Estratégia Militar, A Guerra, O Poder Nacional, Tendências do Emprego das Forças Terrestres na Guerra Futura.

É nesse contexto histórico que também seria criada a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. No processo de mobilização da FEB o Brasil ressentira-se da falta de visão estratégica no país. Percebeu-se que o país necessitava de um centro de estudos acadêmicos dos problemas brasileiros, que reunisse civis e militares, e que desenvolvesse os conhecimentos necessários para o planejamento da Defesa Nacional e para a definição de rumos e estratégias para o desenvolvimento do Brasil.

2.3 A Pesquisa Científica na AMAN

Como se viu, a missão de ensinar da Academia sempre esteve bem estruturada ao longo de sua história e seu sistema de ensino sofreu evolução contínua, dentro das necessidades do Exército e do Brasil.

Mas, o quê dizer da missão de pesquisa? Até o início do século XXI nada se fez em pesquisa sistematizada na Academia.

Na década de 90, o então Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) iniciou estudos que visavam à reforma e modernização do ensino no Exército. Dentre todas as medidas implantadas, quatro podem ser consideradas fundamentais para inserção da pesquisa acadêmica no sistema de ensino: a inserção da disciplina Introdução à Pesquisa Científica (IPC) na grade de matérias da AMAN; a obrigatoriedade da apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelos cadetes, condição para sua promoção a Aspirante-a-Oficial e obtenção do bacharelado; a criação do título de Bacharel em Ciências Militares para o formando na AMAN; e a inserção

da pesquisa em Ciências Militares na EsAO e na ECEME, através de cursos de pós-graduação em níveis *lato sensu* e *stricto sensu*.

O curso de formação de oficiais da AMAN, de nível superior, conforme a Lei de Ensino do Exército, com tais medidas, pode conseguir também seu reconhecimento pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), dentro do sistema de ensino nacional, sem o qual seria impossível integrar o oficial do exército à comunidade de pesquisa acadêmica.

O Projeto Mário Travassos (PMT) dá mais um passo à frente: convoca o corpo docente e discente da AMAN para a produção intelectual. A Cadeira de IPC fornecerá o conhecimento básico da metodologia científica e ensinará o cadete a pesquisar e produzir artigos científicos, logo no primeiro ano do curso, e o TCC permitirá a aplicação desses conhecimentos. A produção intelectual selecionada contribuirá para a divulgação do conhecimento produzido por professores, instrutores e cadetes, por meio de periódicos editados pela Academia e outras instituições. Além disso, o PMT permitirá a seleção daqueles que, por gosto, vocação ou esforço, queiram se dedicar à pesquisa das Ciências Militares durante sua carreira.

Porém, para alcançar os objetivos mais ambiciosos previstos no projeto, “pela inserção da Academia junto à comunidade científica nacional e internacional em sua área de competência, bem como pela contribuição com o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre” (AMAN, 2017), é preciso preencher certas lacunas e dar mais passos, dentro do sistema de pesquisa que vai se estabelecendo no Exército.

A comunidade científica somente reconhece como contribuição ao conhecimento científico, em qualquer área, os resultados de

estudos e pesquisas realizados por pesquisadores capacitados e titulados, ligados a instituições de ensino e pesquisa reconhecidas, a partir da utilização de metodologia adequada e comprovada, e submetidos à avaliação por pares. Um pesquisador somente é reconhecido como tal se tiver o título de doutor, obtido em cursos legalmente reconhecidos. Trabalhos científicos produzidos por alunos de graduação e pós-graduação, resultantes de TCC ou Trabalhos de Iniciação Científica (TIC), monografias, dissertações e teses, são publicados se orientados por doutores, dentro sua linha de pesquisa. Um artigo científico somente será publicado em periódicos com alto fator de impacto se preencher esses requisitos.

O caminho natural para atingir esses objetivos, passa pela capacitação de oficiais combatentes, selecionados, em cursos de pós-graduação estabelecidos na AMAN, EsAO e ECEME ou em estabelecimentos de ensino na Marinha do Brasil, na Força Aérea Brasileira ou civis. Parece lógico que os diferentes patamares de capacitação sigam a correlação: na AMAN, curso de especialização (*lato sensu*); na EsAO, curso de mestrado (*stricto sensu*) e na ECEME, curso de doutorado (*stricto sensu*). Mas, o ideal é que na AMAN fossem estabelecidos cursos nos três patamares, e que, com o passar do tempo, esses cursos fossem oferecidos também aos oficiais das outras Forças, singulares e auxiliares, e a civis. Quanto ao curso de especialização, um primeiro passo foi dado com a criação, em 2016, em caráter experimental, do Curso de Especialização Básica obrigatório para todos os aspirantes-a-oficial concludentes dos Cursos de Formação e de Graduação da AMAN, à qual caberá coordenar sua execução.

Esses cursos, obviamente, estariam inseridos em linhas de pesquisa definidas de acordo com os interesses da Força para o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre e para preparar um núcleo composto de oficiais altamente capacitados a participar, de forma integrada à sociedade civil, da elaboração e proposição de políticas de Estado de interesse do Brasil, especialmente na área de Defesa e Segurança.

3. CONCLUSÃO

O Projeto Mário Travassos veio para tornar real a atividade de pesquisa na AMAN. A Academia, desde seu nascimento, tem oferecido educação de nível superior modelar na formação dos oficiais combatentes que lideram o Exército Brasileiro desde a Independência do Brasil. Contudo, pela primeira vez a atividade de pesquisa acadêmica é sistematizada nesse estabelecimento de ensino. A introdução da pesquisa acadêmica na AMAN oferece um potencial intangível para a renovação do pensamento do oficial combatente de carreira, que paulatinamente passará a não ver dicotomia entre a atividade intelectual e a prática da atividade militar operacional. Permitirá também sua contribuição para a evolução doutrinária do Exército calcada em bases teóricas muito mais solidificadas. E, por fim, dará aos futuros chefes militares uma capacidade ampliada de análise nos processos decisórios, essencial para que o Exército esteja cada vez melhor capacitado ao cumprimento de suas missões constitucionais e subsidiárias.

REFERÊNCIAS

AMAN, Comando da. 2017. Diretrizes Gerais para a Governança da Pesquisa Acadêmica e da Doutrina na AMAN.

AMAN, site oficial. 2016. <http://www.aman.eb.mil.br/institucional/missao-e-visao-de-futuro>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

AMAN. Intranet. 2016. http://intraman.amanet/index.php?option=com_repository&Itemid=135&func=select&id=831. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. 2006. Por que Clausewitz é considerado um filósofo da guerra? A Defesa Nacional, (805): 15-21.

ARON, Raymond. 1986. Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. Os Tanks na Guerra Europeia. Rio de Janeiro; Albuquerque & Neves, 1921.

BASSFORD, Chistopher. 1994. Clausewitz in English: the reception of Clausewitz in Britain and American, 1815-1945. New York: Oxford University Press. PMCID:PMC205515.

FEREZIN, Carla Cristina Wrbietta. 2013. Leituras de Clausewitz no Exército Brasileiro: interpretações da trindade da guerra. teoria&pesquisa Revista de Ciência Política, vol. 22, n. 1, p. 102-119.

HUNTINGTON, Samuel. 1996. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe, comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Martin Claret, 2002.

¹O Coronel R1 QEM Jânio é oficial da arma de Engenharia. Possui Licenciatura em Matemática e Pós-Doutorado em Metalurgia Física pela ICMPE/França. Atualmente é professor da Cadeira de Química na AMAN.